
DOIS DIFERENTES TEXTOS SOBRE O MESMO ASSUNTO*

Sérgio Waldeck de Carvalho**

RESUMO

Esta pesquisa examina, do ponto de vista da Análise do Discurso, as especificidades do texto escrito, produzido como tese de pós-graduação na universidade brasileira, para obtenção do grau de doutor e a respectiva defesa oral do mesmo texto, diante da banca e de uma platéia.

INTRODUÇÃO

Para um pós-graduando defender tese em universidade brasileira terá de produzir dois diferentes textos em etapas distintas dentro de modalidades lingüísticas valores, tradições e contradições sociais também diferentes.

De acordo com Gládis K. Rechfeldt (1980, p.62), em função da hierarquia acadêmica há uma distância entre a prática da defesa de tese no mestrado e no curso de doutorado. Para o mestrado, curso em que não há exigência de um trabalho pessoal de pesquisa, dá-se o nome de *dissertação* ao trabalho objeto da defesa: reserva-se a denominação de defesa de *tese* para o doutorado em que despontam as exigências de originalidade e valor da contribuição para o progresso da ciência.

Em razão disso, as bancas de doutorado são constituídas por cinco membros, enquanto as de mestrado são constituídas por três, conseqüente-

* Texto baseado em nossa Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), em maio de 1990. Foi apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL - Maceió) no II Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita em 1995.

** Doutor em Lingüística pela PUC/RJ. Professor Adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG).

mente o tempo de duração, o formalismo e o nível de competição são, por via de regra, mais acentuados na defesa de tese de doutorado.

1 – DUAS DIFERENTES PRODUÇÕES

A primeira etapa da tese compreende o texto escrito, produzido pelo defensor ao longo de anos, com supervisão e responsabilidade do professor-orientador. Após a aprovação do orientador, segue-se um exame anotado, crítico-analítico feito pelos membros da banca, a ser divulgado somente na segunda etapa.

A segunda etapa consiste na avaliação pública e oral desse texto escrito pelos membros da banca, diante de pequena platéia, com direito à defesa pelo candidato.

Além dessas diferenças de modalidade oral e escrita, os dois textos se distinguem também por intenções teleológicas que marcam as duas situações.

O texto escrito constitui-se no clímax de toda a atividade do programa de pós-graduação. A expectativa dominante, quer dos discentes, quer dos docentes, converge para produção do projeto de pesquisa que ficará corporificado no texto final, a tese. Ele servirá, inicialmente, para a avaliação do pós-graduado, em sua pretendida titulação. Depois, mediante o exame de órgãos governamentais de ensino, os textos servirão ainda para avaliação dos próprios programas de pós-graduação das universidades em que foram produzidos.

Aprovado o texto final pela banca, ele se tornará propriedade permanente da universidade que concede a titulação. Vai para a biblioteca da universidade, onde pode ser consultado, tornando-se objeto concreto e disponível para novos pesquisadores. Assim, tanto para o pós-graduando quanto para a sua universidade, o texto escrito se identifica com a pesquisa científica por excelência.

Para produção desse texto escrito, dispõe o pós-graduando de ampla literatura de metodologia científica, além de cursos de métodos e técnicas de pesquisa, sem falar no acompanhamento do professor-orientador, que desde o início do projeto de pesquisa, orienta e reformula a produção escrita do candidato.

A etapa oral parece não desfrutar do mesmo prestígio científico-metodológico conferido à produção do texto escrito. Não há nenhuma preparação curricular dentro da pós-graduação que cubra também a etapa oral. A literatura oficial ou a especializada não privilegiam essa etapa,

dedicando-lhe, geralmente, algumas poucas linhas. Nada se diz aí sobre como deve agir o defensor, nada se diz sobre os critérios em que se baseiam os membros da banca para essa fase oral. Tudo parece estar imerso nas águas do (pré)conceito em que só o texto escrito representa a racionalidade, a impessoalidade do trabalho científico.

Prova disso é que, embora a etapa oral possa durar quatro ou cinco horas entre arguições e respostas, geralmente não interessa à instituição. Por isso ao término da etapa oral, há uma volta ao circuito da escrita, na forma de ata, dando conta do resultado da defesa de tese, de forma sumária.

2 - VALORES E CONVENÇÕES NO TEXTO ESCRITO

Em razão do exposto, conclui-se que só o texto escrito é tido por objetivo, impessoal, enfim, científico por excelência. Já em relação ao texto oral, sua função não é questão pacífica. Para alguns ele é uma simples confirmação do que está na escrita, para outros é um exercício retórico de argumentação, para outros, ainda, representa apenas as exigências de um rito de passagem.

A proposta aqui a ser desenvolvida é a de desfazer essa colocação tão polarizada no que concerne às funções dos dois textos. Substituindo-se o paradigma positivista – paradigma no sentido usado por Kuhn (1978) – pelo paradigma da Sociologia fenomenológica, inspirada em Mead (1934), Goffman (1975,1970) e Garfinkel (1967), pode-se obter outro entendimento em relação aos dois textos que passam, então, a apresentar desdobramentos e complementaridade em suas funções.

Com apoio do paradigma fenomenológico pode-se afirmar que o texto escrito também se pauta por convenções e incorpora valores. Exemplo mais notável de convenções são as normas técnicas de indicações bibliográficas, incluindo aí as citações e as normas de diagramação, sem esquecer o formalismo do seu registro lingüístico.

2.1 - As Citações

Consideremos, por exemplo, a prática de citação comum nos textos acadêmicos ou científicos. De acordo com Compagnon (1979, p. 99), a citação tem como funções fundamentais: a de erudição, a de invocação de autoridade, a de amplificação e a de ornamentação. Ele observa ainda que as duas primeiras são externas ou intertextuais ou, de acordo com a antiga

classificação da retórica, as duas primeiras se relacionam com a *inventio* e as duas últimas com a *elocutio*.

Assim a citação, além da já conhecida função de comprovar um argumento ou um raciocínio, presta-se ainda a um valor social de demonstrar a erudição do autor, a variedade de suas leituras atualizadas, ou a sua identificação com autores e com paradigmas científicos.

Um exemplo um tanto jocoso dessa intenção de erudição e poder, almejada pela citação, nos é dado pelo escritor João Ubaldo Ribeiro, em sua crônica de *O Globo*, de 29/8/1982, pág. 10:

“The common law is not a brooding omnipresente in the sky but the articulate voice of some sovereign or quasisovereign that can be identified”.

Oliver Wendell Holmes, Jr.

Não se deixe impressionar pela epígrafe acima. Na verdade, não tenho a mais vaga idéia do que quer dizer, até mesmo porque acabei de copiá-la de um livro de citações. Mas achei que já era tempo de começar a, de vez em quando, tacar uma epígrafe assim na cabeça destas mal traçadas.

O nordestino demora mas aprende, e eu venho aprendendo muita coisa por aqui. Como, por exemplo, que o sujeito pode ser tido como poço de cultura e aspirar até a voltar a Presidência da República se escrever artigos que citam Confúcio.

(Confuciuns) em inglês e fizer uso descomedido da mesóclise. Se ele pode, por que não poderei eu? perguntar-se-á.

Como esclarece a passagem, dentro do espaço literário, pode ocorrer a apropriação de uma citação com intenção de erudição, ou melhor, falsa erudição, com o fito promocional. Enfim o que se quer atestar é que o discurso científico não escapa do jogo de intenções e de uma semantização complementar – pragmática – do qual emanam valores individuais e sociais.

2.2 - O registro lingüístico

Do ponto de vista dos registros lingüísticos, predominam a impessoalidade e a objetividade do texto escrito, as quais se consubstanciam mediante determinadas construções sintáticas como a voz passiva

(pronominal ou analítica). É uma imposição de linguagem científica, que deve ser observada como fórmula.

Grayshon (1977, p. 66) discute, porém, o convencionalismo dessa prática, em que a forma enfatiza a natureza objetiva do conhecimento, o que nem sempre ocorre no seu conteúdo.

Por último, é oportuno lembrar a opinião do lingüista Lyons (1981:139), sobre a função persuasiva, mesmo no texto científico: "Mesmo as declarações científicas frias e racionais, cujo significado expressivo é mínimo, normalmente têm por objetivo fazer amigos ou influenciar pessoas".

3 - A CIENTIFICIDADE NA PESQUISA ORAL

Não sentimos já a obrigação de procurar impor a todos os objetos do saber, um modelo intelectual uniforme haurido nas ciências de natureza física, pois que até nesse domínio tal modelo deixou de ser inteiramente aplicado.

Marc Bloch

Após a argumentação segundo a qual elementos convencionais e valores estão no texto escrito de defesa, busca-se demonstrar que a produção oral de defesa segue uma lógica própria, uma racionalidade do senso comum. Esse ponto de vista epistemológico terá apoio na Etnometodologia e no Interacionismo Simbólico.

Nossa proposta aqui é a de dialetizar a relação entre os dois textos: o texto escrito não é apenas científico, porque também lida com convenções e valores; de outro lado, as relações discursivas na etapa oral podem ser estudadas de forma científica, desde que não se feche demasiadamente a concepção de ciência, de acordo com a epígrafe de Bloch.

4 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A fundamentação teórica dessa proposta insere-se no espaço de estudos lingüísticos denominados Análise do Discurso, a qual chamaremos de AD. Por si só, a denominação é polissêmica e pouco esclarecedora. Por isso, é conveniente explicar logo seu projeto teórico.

A AD, ao contrário do estabelecido no paradigma estruturalista e também no da gramática gerativa transformacional, tem seus rumos teóricos próprios que de maneira sucinta são aqui indicados:

a) O interesse lingüístico da AD situa-se para além do nível da frase, no discurso.

b) Seu interesse vai além dos aspectos formais da linguagem – gramaticais ou semânticos – centrando-se no nível pragmático, valorizando o contexto de situação e os papéis dos interlocutores.

c) A fundamentação teórica da AD é interdisciplinar, procede principalmente da Filosofia da Linguagem de Austin (1978), Searle (1969) e Grice (1982) e da Sociologia fenomenológica norte-americana, a qual compreende principalmente o Interacionismo Simbólico de Mead (1934), a Dramaturgia de Goffman (1975) e a Etnometodologia de Garfinkel (1967). Ainda que de maneira sumária, impõe-se explicar como se articula essa fundamentação teórica e como ela permite responder a indagações sobre a linguagem. Mas, para isso, é preciso recuar e enfrentar uma questão preliminar: a dos paradigmas lingüísticos.

A linguagem sempre foi fonte de interrogação e discussão entre seus diferentes estudiosos. Foi com rara oportunidade que Black (1968) retomou a conhecida fábula dos cegos e do elefante em relação à linguagem, para indicar os mais variados conceitos nos estudos da linguagem.

Centrando-se a atenção apenas nos estudos lingüísticos, os dois paradigmas mais prestigiados são os da Lingüística Estrutural, de Saussure e os da Gramática Gerativa Transformacional, de Chomsky. Embora em quase tudo diferentes teoricamente, eles se identificam por deixar de lado a situação real de uso – a fala em Saussure – e o desempenho em Chomsky – para valorizar o abstrato formal, o virtual, que são respectivamente, a Langue e a Competência. Claro que outras tendências de estudos lingüísticos interessam-se pela heterogeneidade e diversidade dentro de reais operações de linguagem na interação social.

4.1 - A filosofia da linguagem

Em relação ao grupo dos filósofos Austin, Searle e Grice, e suas contribuições para a Análise do Discurso, convém ressaltar que muito embora cada um tenha a sua própria linha teórica, pode-se tomar como denominador comum de seus trabalhos, a concepção pragmática que apresentam sobre a linguagem.

Austin, um dos mestres da Filosofia Analítica de Oxford, interessado em combater a concepção de linguagem vinculada com o “positivismo lógico” a que ele denominou de *falácia descritiva*, observou que o uso de certos verbos, tais como “prometo”, “juro” ou “nomeio” etc. servem não só

para exprimir uma idéia, mas também para efetuar uma ação. Daí o título de sua obra póstuma *How to do Things With Words*, publicada pela primeira vez em 1962. Nela, Austin analisa sistematicamente esse tipo de enunciados, chamados então de *performativos*, em razão dos quais “o dizer é fazer”. Ele estabeleceu então uma oposição entre esses enunciados performativos e os outros – chamados constatativos – em que se poderia verificar se eram falsas ou verdadeiras as frases como, por exemplo: Maceió fica no Nordeste.

Já, em relação aos performativos, o conceito a ser usado não é mais o de falso *versus* verdadeiro, mas sim o de adequado ou não, dentro do que Austin denominou *condições de felicidade*. Por exemplo, não é qualquer pessoa que pode absolver ou condenar alguém. Será somente um juiz, mas ele não pode pronunciar a sentença em qualquer lugar ou em qualquer tempo. Estará preso a convenções sociais e ritos.

Austin evoluiu depois para uma classificação ternária dos atos de fala compreendendo: o ato *locucionário*, o *ilocucionário* e o *perlocucionário*. Na verdade ele absorveu a primeira classificação na segunda. O ato locucionário é lingüístico por excelência, o ato ilocucionário trata da interpretação do primeiro dentro do sistema de convenções sociais. Assim, uma mesma frase pode ser considerada, segundo o contexto de situação, como delicada, grosseira, ultrajante. Tudo isso introduz a Pragmática, para além da Semântica, recolocando a importância do contexto de situação.

Searle (1969), em tese, retorna à proposta teórica de Austin, com algumas modificações. Por exemplo, o termo locucionário é abandonado e acrescido da noção de ato proposicional.

Para Searle (1969), a significação depende fundamentalmente da noção de ato ilocucionário.

Para a compreensão de ato ilocucionário, observe-se o seguinte exemplo de sua obra na tradução portuguesa.

- 1 - João fuma muito.
- 2 - João fuma muito?
- 3 - Fuma muito, João!
- 4 - Oxalá que João fume muito.

O enunciado das quatro frases apresenta a mesma referência e predicação realizadas em atos de fala diferentes. Portanto, atos proposicionais iguais em atos ilocucionários diferentes. Considere-se agora:

- 5 - Samuel Martin é um grande fumante.

Efetuando também atos de enunciação diferentes, um locutor pode cumprir atos proposicionais e ilocucionários idênticos.

O exemplo (5) é semelhante aos de (1) a (4) quanto ao ato proposicional; corresponde a (1) quanto ao ato ilocucionário, mas se distingue de (1) a (4) quanto ao ato de enunciação.

Segundo Searle (1969:24), são assinalados três tipos de atos de fala:

- (a) enunciar palavras (morfemas, frases) = executar atos de enunciação;
- (b) referir e predicar = executar atos proposicionais;
- (c) afirmar, perguntar, ordenar, prometer, etc. = executar atos ilocucionais (trad. nossa).

O interesse de Searle é o de distinguir o ato proposicional do ato ilocucionário na estrutura sintática da frase. Em função disso, observa-se o estabelecimento de marcadores da força proposicional e marcadores da força ilocucionária.

O filósofo Grice (1982), ao tratar da estrutura da Conversação, apresenta uma teoria de significado, baseada nas intenções do falante.

Segundo Grice, em toda comunicação há um acordo geral de cooperação entre falante e ouvinte, denominado Princípio Cooperativo (PC). Segundo esse princípio, falante e ouvinte tentam cooperar um com o outro, quando se comunicam. em particular, eles atenderão a ser informativos, verdadeiros, relevantes e claros.

Em decorrência desse princípio, várias máximas são estabelecidas:

1. QUANTIDADE

a. Torne a sua contribuição tão informativa quanto for exigido (aos objetivos presentes da interação).

b. Não torne a sua contribuição mais informativa do que o for exigido.

2. QUALIDADE

a. Não diga aquilo que você acredita ser falso.

b. Não diga aquilo que carece de evidência adequada.

3. RELAÇÃO

a. Seja relevante.

4. MANEIRA

a. Evite obscuridade.

- b. Evite ambigüidade.
- c. Seja breve.
- d. Seja ordenado.

Esses itens são observados como uma convenção, normalmente respeitada nas conversações. Numa conversação espera-se, em geral, que, por exemplo, a pessoa esteja dizendo a verdade. É claro que muitas dessas máximas podem ser desobedecidas: as pessoas podem mentir, há conversas que mudam subitamente de assunto etc. Todavia esses desvios não ocorrem sempre nas conversas.

Grice considera importante o momento em que essas normas são transgredidas de forma deliberada, de modo que o ouvinte compreenda que o falante transgrediu intencionalmente uma máxima, mas que mesmo assim continua cooperando. Para esclarecer isso, tomemos um exemplo do próprio Grice (1982, p. 95):

Um professor de filosofia a quem pediram referência de um ex-aluno que se candidatara a um cargo de Professor de Filosofia escreveu em resposta: Prezado Senhor, o domínio que Jonas tem da língua inglesa é excelente, e ele sempre compareceu regularmente às aulas. Atenciosamente, etc.

O autor da carta violou de modo claro e deliberado a máxima de Quantidade e talvez também a de Relação. Ofereceu uma quantidade de informação muito reduzida.

Como agirá o destinatário da carta? Ele vai supor que o remetente está cooperando e transmitindo outra informação além daquela que sua carta contém: ou seja, a de que Jonas não é bom em Filosofia.

Grice, assim, introduziu o conceito de *Implicatura Conversacional* (termo cunhado por ele) para caracterizar esses atos discursivos indiretos, isto é, aqueles em que é possível deduzir implicações do que se está dizendo, com aquilo que não se está dizendo.

Em relação a essa teoria de Grice surgiram críticas concernentes à falta de contextualização da teoria.

Keenan (1977) notou que, na sociedade Malagasy, os conversadores são muito mais discretos do que nas sociedades do Ocidente. Por isso, em nosso julgamento, eles estariam sempre violando a primeira máxima de quantidade. Assim, o que verificamos é que essas máximas não devem ser aplicadas categoricamente, porque os padrões de comunicação dependem

de características culturais, isto é, podem variar no tempo, no espaço e de acordo com a estrutura social.

Como observou Ricardo (1979):

(...) as máximas são passíveis de serem contextualizadas, quando confrontadas com as *convenções sócios-culturais e normas de aceitabilidade de cada comunidade*.

4.2 - A Sociologia Fenomenológica

A Sociologia Fenomenológica se constitui na segunda vertente de composição do quadro teórico dessa pesquisa. Há estreito contato entre ela e a Etnografia da Comunicação atualmente.

As raízes teóricas dessa vertente são variadas e complexas, em consequência, as correlações teóricas, que vão ser estabelecidas, não são pacíficas.

Nem o nome Sociologia Fenomenológica, nem a inclusão da Etnometodologia e do Interacionismo Simbólico sob essa rubrica são aceitos sem discussões.

É sabido que a principal fonte de tradição fenomenológica se encontra nos escritos de Edmund Husserl (1859 - 1938). Não será possível, aqui, analisar-se, em profundidade, o pensamento de Husserl. Far-se-á no momento, tão-somente um registro de sua concepção gnosiológica e, em seguida, as conexões desse pensamento com as Ciências Sociais contemporâneas.

Parte-se de uma questão já clássica da teoria do conhecimento: na relação sujeito - objeto, o racionalismo enfatiza o papel atuante do sujeito cognoscente; de outro lado, o empirismo privilegia o objeto cognoscível. Assim, ambas as posições permitem uma dicotomia que preserva o dualismo psicofísico, da separação corpo - espírito e homem - mundo.

Para superação dessa dicotomia, Husserl afirma que toda consciência é intencional, ou seja, que não há pura consciência, separada do mundo, mas que toda consciência tende para o mundo. Igualmente, não há objeto em si, independente de uma consciência que o perceba. Não há fenômeno que não seja fenômeno para uma consciência. Não há consciência sem que ela seja consciência de algo, sem que ela seja determinada como uma certa maneira de visar os objetos, o mundo. A todo conteúdo visado, a todo objeto (NOEMA), corresponde uma certa modalidade de consciência

(NOESIS). (Capalbo, 1971, p. 15). Já a partir dessa noção de intencionalidade, tem-se a crítica do positivismo: não há fatos com a objetividade pretendida pelos positivistas, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados. No exame dos “fatos sociais” as expressões de inteligência, de vontade, de afetividade não podem ser desconsideradas.

O grande esforço de fornecer uma base fenomenológica para as ciências sociais provém de Alfred Schütz (1899-1959).

Schütz busca enfrentar teoricamente o que considera o problema básico das Ciências Sociais, isto é, enquanto ciências de significado subjetivo como elas são possíveis?

Crítico do positivismo, ele apresenta como alternativa teórica a valorização das crenças e ações do senso comum. O interesse do cientista social é apenas revelar os significados, muitas vezes implícitos, que penetram o universo dos atores.

Schütz está interessado em verificar como a objetividade ou a verdade são estabelecidas dentro de um mundo de vida natural e de um cenário socialmente organizado. Estabelece, assim, a grande ponte entre a filosofia fenomenológica e a sociologia: isso se reflete na obra de Berger e Luckman (1966) e na Etnometodologia e no Interacionismo Simbólico, esses dois últimos serão agora examinados.

A aproximação do Interacionismo Simbólico e da Etnometodologia, como herdeiros comuns da Fenomenologia, é polêmica. Veja-se, por exemplo, na obra coletiva, organizada por Douglas, *Understanding everyday life* (1970), como ocorrem opiniões contrárias. Denzin, no capítulo “Symbolic interactionism and ethnomethodology”, da citada obra, sugere que ambas as correntes podem ser consideradas como as duas faces da mesma moeda. Todavia, essa proposta é contestada na mesma obra por dois etnometodologistas, D. Zimmerman e L. Wieder, no texto *Ethnomethodology and the problem of order*. Para eles, o Interacionismo Simbólico não se refere ao mesmo campo de estudos da Etnometodologia, pois essa, segundo os autores, não pretende captar a construção social da realidade, como faz o Interacionismo Simbólico, mas tão-somente uma parcela mais limitada da realidade, isto é, a construção social da percepção.

De acordo com Blumer (1980, p. 119), o Interacionismo Simbólico, expressão cunhada pelo próprio Blumer, baseia-se em três premissas:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferecem (...)

A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interativo (e por este modificado) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato.

O principal nome, porém, do Interacionismo Simbólico, foi George Hebert Mead, como reconhece o próprio Blumer, o qual não foi um sociólogo profissional, mas sim um filósofo que se interessou em compreender os processos sociais.

As idéias de Mead são particularmente importantes para a discussão sociológica da relação do indivíduo com a sociedade.

Seus pontos de vista principais correspondiam ao do filósofo pragmatista, e ele foi influenciado pelos trabalhos de James e Dewey sem, no entanto, seguir exatamente qualquer dos dois.

As obras de Mead foram reunidas e publicadas postumamente. O seu livro mais importante é *Mind, self and society* (1934), publicado a partir de anotações de aulas e conferências feitas por alunos.

Os três conceitos expressos no título desse livro – mente, eu, sociedade – são primordiais em sua teoria e estão todos entrelaçados no mesmo processo geral: o ato social.

Em relação à mente, Mead busca esclarecer à pergunta: em que os homens diferem dos outros animais? ou seja, qual a natureza da mente humana? contrariamente ao behaviorismo mais rígido da época, para Mead o comportamento humano é qualitativamente diferente do comportamento dos animais.

Mead afirma que os seres humanos não “reagem” apenas às ações recíprocas, mas interpretam e definem suas ações através de símbolos comuns. A conduta do ser humano deve ser explicada em termos sociais.

O ser humano pode fazer-se objeto de seus próprios pensamentos, ele pode desprezar-se, orgulhar-se de si próprio ou tentar modificar-se. Pode ainda apresentar e coordenar seus comportamentos pelo das outras pessoas, porque é possível prever o comportamento alheio, isto é, assumir o papel dos outros. Assim, para Mead o homem é um ator e não um reator.

Em relação à estrutura da personalidade, o “Self”, Mead separa duas facetas, em constante diálogo: o “eu” e o “mim”.

O “mim” é o conjunto mais ou menos integrado de atitudes e idéias de outras pessoas que se reúnem como a nossa experiência consciente, que escolhemos para representar as nossas idéias sobre nós mesmos.

Muitos desses papéis são aqueles que são tidos como a expectativa da comunidade sobre nós – o que a comunidade espera de mim.

O “eu” é o ator ou iniciador que depende também da experiência social. Como diz Mead:

O eu não é uma entidade metafísica é um processo de comportamento e resposta realizado no tempo. Não é inato nem dado ao nascer; é formado a partir da experiência e adquire a sua definição em resposta e em oposição ao meio em que está situado. (Trad. Nossa).

Sem o “eu” não poderia haver a inovação, o inesperado na experiência.

Diferentes aspectos do “mim” dependem de formação cultural e social além de restrições particulares de tempo e espaço; o “eu” representa o sentido de auto-identidade na pessoa que possui a experiência.

Mead cunhou também a expressão “outro generalizado” para indicar a percepção do indivíduo do mundo global como os outros o vêem.

Em suma, na teoria de Mead, o indivíduo é tanto criador ativo quanto o produto do mundo.

Esse behaviorismo social de Mead desenvolveu-se numa escola de pensamento, rotulada por Blumer, um dos seus principais seguidores, como Intencionismo Simbólico.

Na atualidade, muitos consideram que a obra de Erving Goffman (1970, 1975, 1979, 1981) representa a mais significativa herança da tradição de Mead. Seus escritos que se desenvolveram por mais de vinte anos dedicaram-se a microanálises da interação entre indivíduos.

Em seu já clássico – *The presentation of self in everyday life*, publicado pela primeira vez em 1956 – tradução brasileira de 1975 – ele argumenta que grande parte do comportamento cotidiano é semelhante ao de atores no palco, no sentido de que os indivíduos e os grupos estão constantemente representando uns para os outros. Quando um vendedor lida com um cliente, ou o garçom, com fregueses, num jantar, pode-se dizer que estão exibindo um desempenho profissional para uma platéia.

De acordo com Goffman, no processo interacional, os atores precisam de informação uns dos outros por várias razões. Essa informação não está diretamente disponível, mas deve ser inferida a partir de gestos e outras pistas. As impressões a serem passadas, no entanto, podem ser deliberadamente manipuladas com o fito de criar percepções mais

favoráveis do que o são na realidade – é a fraude consciente, na expressão de Goffman.

Goffman (1975: 106) estabelece outra importante diferença que pode ocorrer na interação, entre *região de fachada* e *região de bastidores*.

Foi dito antes que quando a atividade de alguém se passa na presença de outras pessoas, alguns aspectos da atividade são expressivamente acentuados e outros, que poderiam desacreditar a impressão incentivada, são suprimidos. É claro que os fatos acentuados aparecem naquilo que chamei região de fachada; deveria ser igualmente claro que poderá haver outra região – uma “região de fundo” ou “dos bastidores” – onde os fatos suprimidos aparecem.

Partindo de uma premissa de Fenomenologia, Goffman afirma que, ao defrontar determinada situação, o indivíduo deve atribuir um nexos ou organizar os eventos percebidos – o que emerge com um acontecimento organizado para o indivíduo, converte-se na realidade do momento. Assim ao desempenhar seus papéis, os indivíduos tentam comunicar uma *definição particular da situação* e convencer seu público a aceitá-la, mesmo que eles próprios não acreditem nela.

No desempenho desse papel, o indivíduo utiliza vários tipos de equipamentos expressivos: uma “fachada” que consiste no pano de fundo para o desempenho do papel – inclui os amparos, o cenário e a representação – e a sua fachada pessoal – sua aparência, seu jeito. O pano de fundo pode ser o escritório de um empresário, com sua mesa imponente, com telefones e tudo mais necessário para comunicar a impressão desejada, de importância de *status*. Os elementos da fachada pessoal são as roupas, a idade, o sexo, a aparência, a maneira de falar, todos esses elementos são importantes na manipulação de impressões.

No processo interacional os atores precisam de informação uns dos outros. Essa informação não está diretamente disponível, mas deve ser inferida a partir de gestos e outras pistas.

As impressões formadas podem ser deliberadamente manipuladas, com o fito de criar percepções mais favoráveis do que na realidade o são.

Os interatores, como uma equipe, tentam estabelecer um “consenso operacional” no qual se concorda sobre determinadas percepções dos outros, para que possa ocorrer uma definição comum da “situação”. Todavia, se a representação vacila, ou é contrariada, pode haver ruptura na

interação ou então “embaraços”. Os embaraços são nocivos não só para a pessoa embaraçada, como para toda a equipe, por isso há um trabalho de todos no sentido de evitá-lo.

O projeto de Goffman é o de captar e explicar as estratégias que as pessoas usam, a fim de passar delas próprias uma auto-imagem positiva, mediante recursos verbais e principalmente não-verbais.

Isso acaba por acarretar um confronto entre aparência e realidade. Goffman sugere que, do ponto de vista do desempenho, o que importa não é se o interator é sincero ou não, mas se aparenta ser sincero. Além disso, a aparência de sinceridade pode ser melhor transmitida, não pela integral honestidade, mas pela hábil mistura de sinceridade e artifício.

O termo “etnometodologia” foi cunhado por Harold Garfinkel (1967, p. 11) em analogia com outros termos, tais como etnobotânica, etnofisiologia, etnofísica e assim por diante. Eles indicam que toda cultura tem o seu próprio corpo de conhecimentos, sejam sobre a vida das plantas, ou sobre a fisiologia humana, ou sobre os conhecimentos físicos.

Compreendida desse ponto de vista, a Etnometodologia trata da investigação empírica (LOGIA) dos métodos (MÉTODO) que as pessoas (ETNO) usam para construir seus significados e por meio deles orientar suas ações cotidianas. Assim a Etnometodologia designa como seu objeto de estudo os implícitos sociais.

Rogers (1981:85) assinala dois pontos comuns que se encontram em quatro das definições dadas por Garfinkel para a Etnometodologia:

- 1) Sociologia é o estudo da vida diária, incluindo tanto o que é presumivelmente trivial quanto os aspectos profundos.
- 2) Sociologia é uma atividade diária. A Etnometodologia se apresenta como uma prática reflexiva e social que busca explicar os métodos de todas as práticas *sociais, incluindo a sua própria*. (Tradução nossa).

Assim a Etnometodologia enfatiza o processo, e dois processos gerais recebem a atenção dos etnometodologistas: a tomada de decisão e a manutenção da realidade. O interesse deles pelos processos leva-os a examinar não apenas o conhecimento do mundo, mas também a linguagem, as atividades interpretativas e a estrutura de experiência do senso comum. É uma abordagem que, à semelhança da Sociologia Fenomenológica, centraliza-se no mundo do senso comum, em particular na forma pela qual

os membros chegam a um sentido da realidade objetiva. Os etnometodologistas queixam-se da prática da Sociologia convencional que estabelece uma dicotomia entre o conhecimento do senso comum e o do investigador ou do teórico, situado numa posição dominante, fora da sociedade, como bem observou Coulon (1995, p. 53). Para a Sociologia tradicional o sentido das ações dos membros só é acessível ao sociólogo profissional. Só ele, como psicanalista, pode elucidar o segredo dos comportamentos humanos. Garfinkel acusa a Sociologia de tratar o ator como um “idiota cultural”.

5 – O QUADRO DE REFERÊNCIA NA ETAPA ORAL

A influência marcante da teoria dos atos de fala dos filósofos ao lado da contribuição teórica da Sociologia fenomenológica presidirá o estudo da oralidade.

Nesta exposição nos limitaremos a apontar o quadro de referências que circunscreve essa etapa, tratando-o de maneira bem ampla.

A defesa de tese oral tem seu cenário e seus participantes. Cuidaremos apenas dos últimos que são: os membros da banca, o candidato e a platéia, esta última sem atuação direta nos atos discursivos.

O candidato, via de regra, é o principal foco de interesse nessa interação. A relação entre ele e os membros da banca pode ser caracterizada como uma relação assimétrica (Marcuschi, 1986:16), na qual há desigualdades marcantes que se refletem de várias maneiras. Provavelmente, a mais geral se origina da própria situação de avaliação do seu trabalho. Há sempre a possibilidade de confronto teórico, de situações embaraçosas e, na pior hipótese, a não-aceitação de sua tese. Além disso via de regra os examinadores são mais velhos, com maior *background* cultural, com mais *status* que o candidato. Sem que se mencione qualquer problema idiossincrático de qualquer dos examinadores, ou da história individual na relação candidato e examinador, que tanto pode pesar a favor ou contrariamente ao candidato.

Em declaração pessoal para esta pesquisa, F narrou a advertência preliminar à defesa, feita por seu orientador, no sentido de evitar qualquer confrontação com membros da banca, respeitando sempre as relações de assimetria: “Não vai querer demonstrar que sabe mais do que a banca”.

O primeiro evento da fala é o de abertura da sessão pelo presidente, na qual são nomeados os interlocutores e o título da tese. *É a própria definição da situação.*

Por exemplo, quando o presidente da banca diz: “Declaro aberta a sessão da defesa de tese de X”, tem-se então um exemplo performativo de “como fazer coisas com as palavras”, pois a sessão fica aberta. Isso reflete também a dependência da linguagem às convenções sociais, pois só o presidente *hic et nunc* tem poder de dizer tal frase.

Na etapa oral o tempo de exposição dos interlocutores é previsto regimentalmente, a *tomada da palavra* com seus turnos não é aleatória, mas predeterminada, e o próprio conteúdo da exposição deve cingir-se ao texto escrito, embora possa haver variação nos tópicos do tema em relação aos discursos dos examinadores.

Já são conhecidos dos linguistas os traços específicos da oralidade: a situação comum, a gesticulação, a expressão fisionômica, a entoação, as pausas, o ritmo e o tom das palavras. Tudo isso faz da oralidade, uma modalidade bem diferente da escrita.

Não raro, na defesa de tese, examinadores apresentam críticas duras ao trabalho e, no entanto, o resultado final dado ao candidato é excelente. Isso que poderá surpreender a um leigo, que nunca presenciou uma defesa, ocorre, principalmente, em função da tradição dessa prática na área ou pela concepção que os examinadores têm da defesa de tese. Não deixa de ser uma maneira de marcar a diferença de *status* dos examinadores sobre o defensor.

Bonalume Neto, em matéria sobre a defesa de tese na *Folha de São Paulo*, (1986:32), captou bem esse aspecto contraditório entre o enunciado e a enunciação:

A candidata Maria Ighes Mancini de Boni também foi massacrada por seus examinadores, mas sua tese recebeu nota 9, 5, com distinção, também por unanimidade.

(...) O ritual foi parecido. Elogios iniciais “queria cumprimentar pela escolhido assunto”; “me sinto gratificada pelo resultado de sua tese”; e depois as críticas: “como justificar esse segundo capítulo?” “há uma incoerência interna”; “certos termos são usados de forma pouco feliz...”.

Após a abertura pelo presidente é dada a palavra ao defensor, para que apresente a pesquisa efetuada dentro de determinado tempo. Essa apresentação pode ser lida mas geralmente é exposta oralmente como um “improviso”. Trata-se assim de língua oral, formal e previamente planejada.

As questões ou perguntas levantadas, daí para frente, pelos examinadores também não são inteiramente “falas do momento”, surgiram da leitura crítica do texto, assim, pelo menos do ponto de vista de seus conteúdos, já foram preestabelecidas.

Via de regra, essas perguntas não são feitas de maneira seca ou diretiva, mas, ao contrário, com muitas mitigações. A força do ritual, o interesse em se situar globalmente no evento e na própria necessidade de marcar a auto-representação faz que a intervenção do examinador apresente um intróito, considerações pessoais e, não raro, até algumas digressões, antes da pergunta ou questão. Se o examinador desperdiçar muito tempo nessas considerações, é comum a interferência sutil do presidente, lembrando-lhe o tempo disponível.

A partir da argüição do primeiro examinador o candidato vai-se situar de forma dividida entre código oral *versus* código escrito, função cognitiva *versus* função pragmática. Ele deverá acompanhar no texto escrito a questão ou crítica apontada pelo examinador. Deverá anotá-la, não só para contra-argumentos como também para eventuais modificações futuras. Deverá avaliar o aspecto cognitivo que encerra a pergunta para elaboração da resposta. Ao mesmo tempo, selecionará o tom que dará à resposta do ponto de vista pragmático: veemente, neutro, brando, irônico, surpreso, etc. O texto escrito está sempre presente, mas ganha outra feição por entrar no circuito da oralidade.

Com todos esses dualismos, é muito rica a aplicação concreta da AD a uma defesa de tese da qual não trataremos aqui.

Nosso objetivo principal nesta exposição foi o de deixar claro que nos dois textos que compõem a defesa de tese há certa complementaridade de funções. O texto escrito se pauta também por convenções escritas, visuais e sociais. Por outro lado, as relações discursivas na oralidade, vistas geralmente como despiciendas, podem ser estudadas dentro de um interesse científico. Trata-se meramente de uma questão de paradigma adotado.

ABSTRACT

This research analyses the speeches exchanged between the thesis defender and the examining oral board in post-graduation at Brazilian universities mainly to achieve a doctor's degree. Such research treats, more specifically, the pragmatic dimension of the language.

This research develops three points: firstly, it relates the pragmatic power of the speech; secondly, its relationship with the ritual aspect of these speeches; and, at last, its relationship with the linking process directly between the board and the applicant before the audience.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge Mass., Havard University Press, 1978.
- BONALUME NETO, R. Massacre e elogios duas constantes nas defesas de tese. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 de setembro de 1986, p. 32.
- CAPALBO, C. *Fenomenologia e Ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ozon, 1971.
- COMPAGNON, A. *La seconde main; ou le travail de la citation*. Paris: Senil, 1979.
- COULON, A. *A etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DOUGLAS, J. *Understanding everyday life*. Chicago: Aldine, 1970.
- GARFINKEL, H. (ed) *Studies in ethnomethodology*. NJ, Prentice - Hall, 1967.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *Ritual de la interacion*. Buenos Aries: Tempo Contemporâneo, 1970.
- GRAYSHON, MC. *Toward a social grammar of language*. New York: Mouton, 1977.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação In: Dascal, M. *Fundamentos metodológicos de lingüística*. Campinas, Unicamp, 1982.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LYONS, J. *Lenguaje, Significado Y Contexto*. Barcelona: Paidós, 1981.
- MARCUSCHI, L.A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MEAD, G.H. *Mind, self and Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- RICARDO, SMB. Adequação das máximas de conversação de Grice: Brevidade In: *Anais do IV Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro, PUC, 1979.
- ROGERS, M.F. *Sociology, ethnomethodology and experience*. Cambridge: Univesity Press, 1983.
- RIBEIRO, J.U. La Saison politique In: *O globo*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1982.
- SEARLE, J. *Speech acts*. Cambridge: University Press, 1969.

